



Simulado Final

DPE AM

Assistente Técnico de Defensoria
Especialidade: Assistente Técnico Administrativo
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final DPE AM – Cargo: Assistente Técnico de Defensoria –
Especialidade: Assistente Técnico Administrativo

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso da DPE AM (Assistente Técnico de Defensoria – Especialidade: Assistente Técnico Administrativo);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-DPE-AM-Assistente-14-10>

- | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 01 - (A)BCDE | 13 - (A)BCDE | 25 - (A)BCDE | 37 - (A)BCDE | 49 - (A)BCDE |
| 02 - (A)BCDE | 14 - (A)BCDE | 26 - (A)BCDE | 38 - (A)BCDE | 50 - (A)BCDE |
| 03 - (A)BCDE | 15 - (A)BCDE | 27 - (A)BCDE | 39 - (A)BCDE | 51 - (A)BCDE |
| 04 - (A)BCDE | 16 - (A)BCDE | 28 - (A)BCDE | 40 - (A)BCDE | 52 - (A)BCDE |
| 05 - (A)BCDE | 17 - (A)BCDE | 29 - (A)BCDE | 41 - (A)BCDE | 53 - (A)BCDE |
| 06 - (A)BCDE | 18 - (A)BCDE | 30 - (A)BCDE | 42 - (A)BCDE | 54 - (A)BCDE |
| 07 - (A)BCDE | 19 - (A)BCDE | 31 - (A)BCDE | 43 - (A)BCDE | 55 - (A)BCDE |
| 08 - (A)BCDE | 20 - (A)BCDE | 32 - (A)BCDE | 44 - (A)BCDE | 56 - (A)BCDE |
| 09 - (A)BCDE | 21 - (A)BCDE | 33 - (A)BCDE | 45 - (A)BCDE | 57 - (A)BCDE |
| 10 - (A)BCDE | 22 - (A)BCDE | 34 - (A)BCDE | 46 - (A)BCDE | 58 - (A)BCDE |
| 11 - (A)BCDE | 23 - (A)BCDE | 35 - (A)BCDE | 47 - (A)BCDE | 59 - (A)BCDE |
| 12 - (A)BCDE | 24 - (A)BCDE | 36 - (A)BCDE | 48 - (A)BCDE | 60 - (A)BCDE |

LÍNGUA PORTUGUESA*Suellen Borges*

Atenção: leia o texto "O homem cordial" para responder às questões 1 e 2.

O HOMEM CORDIAL

Marco A. Rossi

É de 1936 o livro “Raízes do Brasil”, do historiador Sérgio Buarque de Holanda. Nele está contida a ideia de “homem cordial”, uma das maiores contribuições já realizadas para a compreensão do Brasil e dos brasileiros. O “homem cordial”, resultado de um cruzamento entre a cultura colonial e o improvisado de um país para sempre inacabado, é afetuoso, interesseiro e autoritário; adora obter vantagens em tudo, detesta regras, vive em busca de atalhos favoráveis; não vê problema no que faz de errado, embora seja raivoso na hora de apontar os erros dos outros.

Variação muito mal-humorada de um tipo único de homo brasiliensis, o “homem cordial” é avesso ao esforço metódico e à concentração; prefere o circunstancial, a moda do momento e o jeito mais rápido de conquistar aquilo que deseja.

Adepto do “curtir a vida adoidado”, o homo brasiliensis encarnado no “homem cordial” sofre muito diante de compromissos que exijam dispêndio de energia e tempo – na cultura humana do juro, opta sempre por curtir hoje e pagar amanhã, em vez de investir agora para saborear depois por tempo indeterminado e mais tranquilo.

A impessoalidade no trato, as regras universais, a ética como parâmetro para a tomada de decisões, o antever dos desdobramentos de sua ação sobre a vida e o planeta, o incentivo ao fortalecimento de instituições públicas e sociais, nada disso agrada ao “homem cordial”, que não esconde amar o familiarismo nas relações sociais, as regras particulares, a moral privada, o “salve-se quem puder”, o apelo a saídas pessoais diante de problemas e questões que são, de superfície e de fundo, coletivas.

Em 1936, Sérgio Buarque de Holanda apontava esses traços culturais brasileiros como uma barreira intransponível para a democracia. E hoje? Creio que a atualidade da ideia de “homem cordial” salta aos olhos de quem observa com interesse o país. Resta saber o tamanho desse malfazejo espólio.

(Fonte: <<http://travessia21.blogspot.com.br/2013/01/o-homem-cordial.html>> (ADAPTADO)

Acesso em jan 2013.

01. De acordo com o texto, o “homem cordial”:

- a) é variação muito mal-humorada de um tipo único de homo brasiliensis.
- b) É praticante do esforço metódico e da concentração.
- c) despreza o circunstancial, a moda do momento e o jeito mais rápido de conquistar aquilo que deseja.
- d) agrada-se da impessoalidade no trato, das regras universais, da ética como parâmetro para a tomada de decisões.
- e) não nutre apreço pelo familiarismo nas relações sociais e pelas regras particulares.

02. A palavra “malfazejo”, no último período do último parágrafo do texto, pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por:

- a) benéfico.
- b) bondoso.
- c) perverso.
- d) querido.
- e) intransigente.

Atenção: leia o texto "Apelo" para responder às questões de 3 a 6.

APELO

Amanhã faz um mês que a Senhora está longe de casa. Primeiros dias, para dizer a verdade, não senti falta, bom chegar tarde, esquecido na conversa de esquina. Não foi ausência por uma semana: o batom ainda no lenço, o prato na mesa por engano, a imagem de relance no espelho.

Com os dias, Senhora, o leite primeira vez coalhou. A notícia de sua perda veio aos poucos: a pilha de jornais ali no chão, ninguém os guardou debaixo da escada. Toda a casa era um corredor deserto, até o canário ficou mudo. Não dar parte de fraco, ah, Senhora, fui beber com os amigos. Uma hora da noite eles se iam. Ficava só, sem o perdão de sua presença, última luz na varanda, a todas as aflições do dia.

Sentia falta da pequena briga pelo sal no tomate – meu jeito de querer bem. Acaso é saudade, Senhora? Às suas violetas, na janela, não lhes poupei água e elas murcham. Não tenho botão na camisa. Calço a meia furada. Que fim levou o saca-rolha? Nenhum de nós sabe, sem a Senhora, conversar com os outros: bocas raivosas mastigando. Venha para casa, Senhora, por favor.

(TREVISAN, Dalton. Mistérios de Curitiba. 5ª ed. Record. Rio de Janeiro, 1996.)

03. De acordo com o texto, a Senhora:

- a) não está mais presente na vida do narrador.
- b) pretende retornar ao cotidiano que compartilhava com o narrador.
- c) substituiu o narrador por outro par amoroso.
- d) teve sua ausência imediatamente sentida pelo narrador.
- e) tinha o hábito de guardar os jornais debaixo da mesa da cozinha.

04. A oração “até o canário ficou mudo”, no segundo parágrafo, expressa circunstância de:

- a) finalidade.
- b) causa.
- c) conclusão.
- d) inclusão.
- e) concessão.

05. O texto tem, predominantemente, a função de

- a) entreter o leitor.
- b) informar o leitor.
- c) dialogar com o leitor.
- d) convencer o leitor de algo.
- e) narrar um fato ao leitor.

06. O uso da vírgula no trecho “Não foi ausência por uma semana: o batom ainda no lenço, o prato na mesa por engano, a imagem de relance no espelho.”, no primeiro parágrafo, pode ser explicado por

- a) indicar o caráter explicativo do aposto.
- b) isolar um termo deslocado na oração.
- c) sinalizar a antecipação de uma oração.
- d) explicitar uma enumeração de termos de caráter semelhante.
- e) destacar o sentido figurado dos vocábulos.

Atenção: leia o texto "O que é intolerância" para responder às questões de 7 a 10.

O QUE É INTOLERÂNCIA

A palavra “intolerância” vem do latim “intolerantia”, que significa impaciência, incapacidade de suportar, falta de condescendência e de compreensão. Também compreende o sentido de inflexível, rígido e que não admite opinião ou posição divergente. No sentido oposto, “tolerância” foi definida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como “o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos”. (...)

Um interessante entendimento das razões da intolerância é o da antropóloga francesa Françoise Héritier (1933-2017). Segundo ela, a intolerância está associada à dificuldade de reconhecer a expressão da condição humana no que nos é absolutamente diverso. Ser intolerante seria "restringir a definição de humano aos membros do grupo; os outros, sendo não humanos, podem ser tratados como tais". Está aí uma das chaves para a compreensão das causas do aumento da intolerância nos últimos tempos. (...)

(Disponível em: <http://conhecimentocerebral1.blogspot.com/2018/06/atualidades-vestibular-e-enem-dossie.html> - Acesso em 28/08/2020).

ADAPTADO

07. De acordo com o texto, “intolerância” é sinônimo de:

- a) paciência
- b) capacidade de suportar
- c) condescendência
- d) compreensão
- e) flexibilidade

08. Assinale a alternativa que contém um par de opostos corretamente apresentados de acordo com os sentidos apresentados pelo texto:

- a) paciência/ respeito
- b) incapacidade de suportar/ falta de aceitação
- c) falta de condescendência/ inflexibilidade
- d) rigidez/ aceitação
- e) falta de compressão/ desrespeito

09. No texto, a oração “sendo não humanos” (segundo parágrafo) tem sentido equivalente ao das orações, exceto:

- a) ao passo que são não humanos
- b) ainda que sejam não humanos
- c) já que são não humanos
- d) porque são não humanos
- e) por serem não humanos

10. A palavra “interessante” em “Um interessante entendimento” (segundo parágrafo) é morfológica e classificada como:

- a) adjetivo
- b) substantivo
- c) advérbio
- d) verbo
- e) numeral

**DIREITO CONSTITUCIONAL E
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO
AMAZONAS: ARTS. 102 E 103**

Fábio Ramos

11. A luz da Constituição do Amazonas. A Defensoria Pública do Estado tem por chefe o Defensor Público-Geral, nomeado pelo Governador do Estado, dentre membros estáveis da Carreira e maiores de 35 (trinta e cinco) anos, escolhidos em lista tríplice formada pelo voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório de seus membros, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução. O Defensor Público-Geral deverá ser nomeado:

- a) pelo Presidente da república nos 15 (quinze) dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice.
- b) pelo Presidente da república nos 20 (vinte) dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice.
- c) pelo Governador nos 15 (quinze) dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice.
- d) pelo Governador nos 20 (vinte) dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice.
- e) pelo Procurador geral da república nos 15 (quinze) dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice.

12. Ao tratar dos princípios fundamentais, a CF estabelece, em seu art. 1.º,

- a) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- b) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- c) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.
- d) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.

e) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas

13. Suponha que Ross e Val, casados, cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Val deu à luz prematuramente ao seu filho Tanaka. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Tanaka

- a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional.
- b) Ele tem a Nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.
- e) E - apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

14. É INCORRETO afirmar que compete aos Municípios

- a) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- b) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- c) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- d) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- e) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

15. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, um importante mudança no nosso ordenamento jurídico, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) sempre terão a natureza jurídica de atos de direito internacional, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;

- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

16. Considerando o disposto expressamente no artigo 4º-A da Lei Complementar nº 80/1994, não se trata de direito dos assistidos da Defensoria Pública

- a) a representação aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos.
- b) localização e horário de funcionamento dos órgãos da Defensoria Pública.
- c) o patrocínio de seus direitos e interesses pelo Defensor natural.
- d) a qualidade e a eficiência do atendimento;
- e) a atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções.

17. A independência funcional assegurada aos defensores públicos determina

- a) a adoção irrestrita de testes jurídicas
- b) que os Defensores Públicos ficam vinculados aos pronunciamentos de membro anterior.
- c) que os Defensores podem substituir-se uns aos outros.
- d) ao defensor adotar a estratégia de defesa que entender mais adequada em benefício do assistido, sem que isso importe em nulidade.
- e) que a independência funcional se confunda com a autonomia funcional, protegendo a consciência profissional contra ingerências externas.

18. Consoante a LC 01/1990, não é membro nato do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Amazonas

- a) Defensor Público-Geral.
- b) Subdefensor Público-Geral.
- c) Defensor Público de Classe Especial mais antigo.
- d) Ouvidor-Geral.
- e) Corregedor-Geral.

19. Conforme disposto na Lei n. 4.077/1990, são sanções disciplinares, exceto

- a) Repreensão
- b) Advertência
- c) Suspensão até 90 dias.
- d) Demissão
- e) Cassação da Aposentadoria

LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Fabiano Pereira

20. Leonardo, servidor público federal, recebeu vantagem econômica no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para deixar de elaborar parecer que estava obrigado a fazer sobre determinada obra pública que não havia sido concluída por empresa contratada para realizá-la.

Após tomar conhecimento dos fatos, a autoridade competente mandou instaurar comissão para apurá-los. Ocorre que, após a instauração do processo de apuração, Leonardo veio a falecer, deixando um único herdeiro, Pablo, recebendo herança que ficou calculada em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Nesse caso, de acordo com a Lei n.º 8.429/1992, Pablo

- a) não estará obrigado a arcar com valor algum, pois a ação de seu pai é intransferível, devendo o processo ser extinto;
- b) não estará obrigado a arcar com valor que supere o valor da herança que lhe foi transferida, por expressa previsão legal;

c) estará obrigado a arcar com o valor integral do valor recebido ilicitamente por Leonardo, por expressa previsão legal;

d) estará obrigado a arcar com até 10% do valor recebido ilicitamente por Leonardo, por expressa previsão legal;

e) estará obrigado a arcar com até 50% do valor recebido ilicitamente por Leonardo, por expressa previsão legal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

21. No Direito, os princípios exercem função semelhante à da fundação e dos respectivos pilares de uma casa, pois servirão de base à criação das leis e execução da atividade administrativa. Os princípios são verdadeiros guias que estruturam, orientam e direcionam o legislador, no momento da elaboração das leis, assim como o administrador público, no momento de sua aplicação. Em relação aos princípios, pode-se afirmar corretamente:

- a) o princípio da legalidade, por ser basilar do Estado Democrático de Direito, sobrepõe-se aos demais princípios que regem a Administração Pública;
- b) o ato administrativo eivado de ilegalidade deverá ser revogado pelo administrador público, em obediência ao princípio administrativo da discricionariedade;
- c) como consequência dos princípios da impessoalidade e da moralidade, o STF editou súmula vinculante proibindo a nomeação de parentes, até o terceiro grau, para cargos e funções públicas de confiança;
- d) não é possível que a Administração Pública anule ato administrativo após a propositura de ação judicial com essa finalidade;
- e) o princípio da pessoalidade é corolário da isonomia e da legalidade, sendo centrais à ação administrativa.

22. Cassiano, prefeito do município Z, decidiu criar um jornal informativo (pago com recursos públicos) contendo nomes, símbolos e imagens de sua gestão e distribuir para os moradores da cidade com a finalidade de promover os feitos do seu mandato e reforçar a sua imagem perante os eleitores.

Levando-se em consideração a conduta praticada pelo prefeito, pode-se concluir que se trata de uma afronta direta ao princípio da

- a) publicidade;
- b) humildade;
- c) impessoalidade;
- d) autotutela;
- e) eficiência.

23. Sobre o tema “poderes da Administração Pública”, é correto afirmar que

- a) o poder disciplinar permite que a Administração aplique sanções a pessoas que não lhes sejam subordinadas, desde que estejam vinculadas a ela por um vínculo jurídico específico;
- b) é verificado excesso de poder quando a autoridade pratica ato com vício de finalidade;
- c) o poder regulamentar permite a edição de atos que criem obrigações a particulares ou que contrariem disposição legal, desde que para atender ao interesse público;
- d) a mera omissão administrativa relativamente à prática de determinado ato configura abuso de poder;
- e) o poder de polícia é exercido por pessoas jurídicas de direito público, vedada sua delegação a pessoas jurídicas de direito privado, ainda que integrantes da Administração Pública.

24. O poder de polícia pode ser exercido por vários instrumentos, a exemplo das licenças e autorizações, que são espécies de alvará e consideradas medidas

- a) repressivas;
- b) preventivas;
- c) judiciárias;
- d) disciplinares;
- e) regulamentares.

25. Controle da administração pública é o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais o poder público e o próprio povo exercem o poder de fiscalização e de revisão da atividade administrativa.

Nesse contexto, é correto afirmar que o controle:

- a) Administrativo é exercido pelo Poder Executivo, lançando mão da autotutela, sobre os atos do Poder Legislativo;
- b) Externo é exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário sobre os atos dos Poderes Legislativo e Executivo;
- c) Legislativo é exercido pelo Poder Legislativo sobre os atos da Administração Pública;
- d) Interno é exercido exclusivamente pelo Poder Legislativo sobre os atos dos Poderes Judiciário e Executivo;
- e) Judicial é exercido pelo Poder Judiciário, cabendo-lhe decidir acerca da legalidade e do mérito dos atos da Administração Pública.

26. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna a seguir. O _____ ocorre quando o controle dos atos administrativos é exercido por um Poder diferente daquele responsável pela sua edição.

- a) controle externo;
- b) controle finalístico;
- c) controle interno;
- d) controle de mérito;
- e) controle administrativo.

27. A autarquia ou fundação pública que celebrar contrato de gestão e ser submetida a um regime jurídico especial, que tenha por objetivo aumentar a produtividade e a eficiência na execução de suas atividades, é denominada de:

- a) Agência Reguladora;
- b) Organização Social;
- c) Agência Executiva;
- d) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- e) Serviço Social Autônomo.

28. Segundo José dos Santos Carvalho Filho (Manual de Direito Administrativo, 30ª edição), a Administração Indireta do Estado “é o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à respectiva Administração Direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada”. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) As entidades autárquicas submetem-se a controle hierárquico exercido pelo ente central criador;
- b) A criação de órgãos públicos é manifestação do instituto da desconcentração;
- c) Os servidores públicos das empresas públicas serão admitidos por meio de concurso público e alcançarão estabilidade nos seus cargos após 3 anos de efetivo exercício;
- d) As fundações públicas somente poderão ser constituídas sob a personalidade de direito público;
- e) As sociedades de economia mista são criadas por meio de lei específica e deverão ser constituídas por capital exclusivamente público.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

29. Caio deseja combater ato lesivo à moralidade administrativa praticado pelo Prefeito de sua cidade. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal brasileira, Caio deverá impetrar

- a) ação popular.
- b) mandado de segurança.
- c) habeas corpus.
- d) mandado de injunção.
- e) habeas data.

30. De acordo com a Constituição da República, a remoção compulsória do magistrado por interesse público demanda aprovação:

- a) por dois terços do Tribunal competente.
- b) por maioria absoluta do Supremo Tribunal Federal.
- c) por maioria absoluta do Conselho Nacional do Ministério Público.
- d) por maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.
- e) por maioria de dois terços do Conselho Nacional de Justiça.

31. De acordo com a CF88, o quinto constitucional, que é uma forma de ingresso na magistratura para advogados e membros do Ministério Público, NÃO estará presente:

- a) nos Tribunais de Justiça.
- b) nos Tribunal de Justiça Militar, onde houver.
- c) nos Tribunais Regionais Federais.
- d) no Tribunal Superior do Trabalho.
- e) nos Tribunais Regionais Eleitorais.

32. A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juizes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, por Tribunal de Justiça Militar nos Estados:

- a) em que o efetivo militar seja superior a trinta mil integrantes.
- b) em que o efetivo militar seja superior a cem mil integrantes.
- c) em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.
- d) em que o efetivo militar seja superior a dez mil integrantes.
- e) em que o efetivo militar seja superior a quinze mil integrantes.

33. Roberto deseja se candidatar ao mandato eletivo de Juiz de Paz. De acordo com as condições de elegibilidade previstas na CF88, a idade mínima para ser Juiz de Paz é:

- a) de 35 anos.
- b) de 18 anos.
- c) de 30 anos.
- d) de 21 anos.
- e) de 25 anos.

34. Conforme previsto na CF88, o processo legislativo NÃO compreende a elaboração de:

- a) decretos-lei.
- b) leis ordinárias.
- c) medidas provisórias.
- d) resoluções.
- e) leis delegadas.

35. Conforme previsão constitucional, o Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por determinado período, sob pena de perda do cargo. O referido período é:

- a) superior a 10 dias.
- b) superior a 30 dias.
- c) superior a 15 dias.
- d) superior a 5 dias.
- e) superior a 180 dias.

36. Conforme previsão Constitucional, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

- a) garantir a dignidade da pessoa humana.
- b) reduzir as desigualdades regionais.
- c) garantir a prevalência dos direitos humanos.
- d) conceder asilo político.
- e) manter a soberania nacional.

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS*Ricardo Campanário*

37. Sobre as vantagens competitivas que uma empresa obtém com uma administração de materiais bem organizada, analise os itens a seguir.

- I. Redução de custos.
- II. Redução do volume de investimentos em estoques.
- III. Melhores condições de compra por meio de negociações com os fornecedores.
- IV. Obsolescência de materiais em estoque ao longo do tempo

Assinale:

- a) se apenas os itens I e II estiverem corretos.
- b) se apenas os itens II e III estiverem corretos.
- c) se apenas os itens I, II e III estiverem corretos.
- d) se apenas os itens II, III e IV estiverem corretos.
- e) se todos os itens estiverem corretos.

38. Um posto de saúde precisa ter uma forma de gerenciar seus estoques de medicamentos, para atender melhor seus cidadãos. Em relação à gestão de estoques, é correto afirmar que:

- a) o estoque de segurança ou isolador é indicado quando houver alta previsibilidade entre oferta e demanda do material estocado;
- b) o estoque de ciclo ocorre quando um ou mais estágios na operação conseguem fornecer simultaneamente todos os itens necessários;
- c) o estoque é criado para aumentar as diferenças de ritmo entre demanda e fornecimento.
- d) o estoque no canal de distribuição ocorre quando a matéria-prima chega à fábrica por meio de dutos;
- e) o estoque de antecipação é o mais comumente usado quando as flutuações de demanda são significativas, mas relativamente previsíveis;

39. Uma organização adota sistema de reposição contínua para o estoque de resmas de papel. O montante anual despendido com o material permite que as aquisições sejam efetuadas por compra direta, e o custo de pedido é de R\$ 150,00. O consumo mensal de resmas é, em média, de 1200 unidades, o estoque de segurança é de 500 unidades e o tempo de ressuprimento é de dez dias corridos. Na situação descrita, o ponto de pedido é (considere que um mês tem 30 dias):

- a) 400 unidades;
- b) 600 unidades;
- c) 650 unidades;
- d) 700 unidades;
- e) 900 unidades.

40. O quadro abaixo representa a planilha de movimentação de estoque de uma determinada empresa.

Semana	Demanda	Entradas	Saldo
1	2000		3000
2	1000		2000
3	1000		1000
4	1000		
5	2000	5000	3000

Qual o estoque médio do primeiro mês?

- a) 1500
- b) 6000
- c) 9000
- d) 1800
- e) 3000

41. O quadro abaixo representa a planilha de movimentação de estoque de uma determinada empresa.

Semana	Demanda	Entradas	Saldo
1	2000		3000
2	1000		2000
3	1000		1000
4	1000		
5	2000	5000	3000

Qual a cobertura do primeiro mês?

- a) 1,0
- b) 1,2
- c) 0,83
- d) 0,75
- e) 1,25

42. A classificação de materiais que coloca os itens num rol decrescente de grandeza, partindo-se dos itens mais importantes para os de menor importância chama-se

- a) curva do sistema de máximos – mínimos.
- b) sistema integrado de logística.
- c) curva de consumo de material na produção.
- d) curva ABC ou curva de Pareto.
- e) sistema de duas gavetas

43. O método da Curva ABC é uma ferramenta que permite organizar os itens de material em estoque em quantidade e valor de demanda. A relação correta, de cima pra baixo, entre a coluna da esquerda e a coluna da direita (com percentuais aproximados) é:

- A - CLASSE A
- B - CLASSE B
- C - CLASSE C

- () 80% do valor de demanda
 - () 50% do estoque
 - () 20% do estoque
 - () 15% do valor de demanda
 - () 30% do estoque
 - () 5% do valor de demanda
- a) A-A-C-B-B-C;
 - b) A-B-C-B-A-C;
 - c) B-A-C-C-B-A;
 - d) A-C-A-B-B-C;
 - e) C-B-A-A-C-B.

44. O termo Verticalização é utilizado na administração de materiais e significa:

- a) a posição que a área de materiais tem na hierarquia da organização.
- b) a possibilidade que a empresa tem, junto a terceiros e fornecedores, de alterar as especificações dos materiais de que necessita para produção ou consumo interno.
- c) a possibilidade que a empresa tem, junto a terceiros e fornecedores, de identificar o padrão de qualidade dos materiais de que necessita para produção ou consumo interno e de exigir um padrão de qualidade superior.
- d) a estratégia que prevê que a empresa produzirá internamente tudo o que puder ou, ao menos, tentará produzir, para uso nos produtos finais.
- e) a estratégia que prevê a compra do maior número de itens que necessita para o produto final ou de material de uso ou consumo de um mesmo fornecedor.

ORÇAMENTO PÚBLICO*Leandro Ravyelle*

45. Em determinado município brasileiro, durante o processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o próximo exercício, o Poder Executivo apresentou a proposta à Câmara Municipal dentro do prazo previsto na Constituição Federal. Após análise e discussão, a Câmara aprovou o PLOA, que foi, então, encaminhado ao prefeito para sanção.

Considerando essa situação hipotética e o ciclo orçamentário previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O prefeito tem a prerrogativa de vetar integralmente o PLOA aprovado pela Câmara Municipal.
- b) O prefeito pode propor emendas ao PLOA antes de sancioná-lo, desde que não haja aumento nas despesas previstas.
- c) O prefeito não possui poder de veto sobre o PLOA, pois a aprovação pela Câmara Municipal é definitiva.
- d) O prefeito pode sancionar o PLOA integralmente ou parcialmente, com veto a determinadas despesas, devendo justificar os motivos do veto.
- e) O prefeito não possui competência para sancionar o PLOA, pois essa é uma atribuição exclusiva da Câmara Municipal.

46. Em um determinado município brasileiro, o Poder Executivo apresentou à Câmara Municipal um Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício financeiro seguinte, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). O PLOA foi aprovado sem alterações pela Câmara Municipal e sancionado pelo prefeito, tornando-se a Lei Orçamentária Anual (LOA) em janeiro do ano subsequente.

Durante a execução do orçamento, surgiram demandas emergenciais que não estavam previstas na LOA. Diante dessa situação, o Poder Executivo solicitou à Câmara Municipal a abertura de um crédito adicional especial no valor de R\$

100.000,00 (cem mil reais) para atender a essas necessidades imprevistas.

Com base na Constituição Federal e Ordenamento jurídico vigente, assinale a alternativa correta:

- a) A abertura de créditos adicionais especiais está condicionada à existência de superávit financeiro no Tesouro Municipal.
- b) A abertura de créditos adicionais especiais depende da prévia autorização legislativa da Câmara Municipal, por meio de lei específica.
- c) A abertura de créditos adicionais especiais é uma competência exclusiva do prefeito, independentemente de autorização legislativa.
- d) A abertura de créditos adicionais especiais é vedada pela Constituição Federal, que determina que todas as despesas devem estar previstas na LOA.
- e) A abertura de créditos adicionais especiais é automática, não requerendo autorização legislativa, desde que seja necessária para atender demandas emergenciais.

47. Em um determinado município brasileiro, o Poder Legislativo Municipal aprovou o Orçamento para o exercício financeiro seguinte. De acordo com essa legislação, os vereadores têm o direito de apresentar emendas parlamentares individuais ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Em relação às emendas parlamentares individuais, assinale a alternativa correta com base na Constituição Federal:

- a) As emendas parlamentares individuais são de execução obrigatória, desde que estejam de acordo com as diretrizes do Governo e não contrariem as políticas públicas estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal.
- b) As emendas parlamentares individuais não são obrigatórias, cabendo ao Poder Executivo Municipal decidir se serão executadas ou não, independentemente de sua compatibilidade com as diretrizes orçamentárias.

- c) As emendas parlamentares individuais são de execução obrigatória apenas se forem destinadas a ações e serviços públicos de saúde, educação e assistência social, sendo facultativa sua execução para as demais áreas.
- d) As emendas parlamentares individuais dependem de autorização prévia do Poder Executivo Municipal para serem incluídas no PLOA, sendo de execução obrigatória somente se houver disponibilidade financeira.
- e) As emendas parlamentares individuais são de execução obrigatória, independentemente de sua compatibilidade com as diretrizes do PLOA, devendo ser executadas na íntegra no exercício financeiro seguinte.
- 48.** Em um estado brasileiro, o governador, recém-eleito, inicia seu mandato e precisa elaborar o Plano Plurianual (PPA) para o período de quatro anos, de acordo com o que estabelece a Constituição Federal. Durante o processo de elaboração do PPA, ele recebe diversas sugestões de políticas públicas e programas a serem incluídos no plano. Diante disso, analise as afirmativas a seguir:
- O PPA deve ser compatível com o Plano Diretor do estado, com os planos nacionais, regionais e setoriais, e com o orçamento estadual.*
 - A elaboração do PPA é de competência exclusiva do Poder Executivo, não sendo necessária a aprovação da Assembleia Legislativa do estado.*
 - O PPA deve conter, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.*
 - O PPA deve ser encaminhado pelo governador à Assembleia Legislativa até o último dia útil do primeiro ano de seu mandato.*
 - A não observância do prazo estabelecido para a elaboração e encaminhamento do PPA pelo governador pode acarretar a intervenção do Poder Legislativo estadual no processo de elaboração do plano.*
- 49.** O Congresso Nacional, durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo exercício financeiro, realiza uma série de audiências públicas para debater as metas e prioridades do governo federal. Durante esse processo, os parlamentares propõem emendas à LDO, incluindo a destinação de recursos para projetos específicos em suas bases eleitorais. Diante desse contexto, analise as afirmativas a seguir à luz do que dispõe a Constituição Federal sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):
- As emendas parlamentares à LDO podem ser apresentadas pelos parlamentares, visando à inclusão de projetos em suas bases eleitorais, independentemente de sua vinculação com as metas e prioridades do governo.*
 - A LDO deve estabelecer as metas fiscais anuais, em cumprimento ao princípio da transparência, permitindo que a sociedade conheça os objetivos fiscais do governo.*
 - A LDO deve conter anexo de metas fiscais, em que serão estabelecidas as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.*
 - A LDO deve ser aprovada pelo Congresso Nacional até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa, ou seja, até o final do ano legislativo.*
 - A LDO deve ser encaminhada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional até quatro meses antes do início do exercício financeiro seguinte.*

antes do encerramento do exercício financeiro, ou seja, até o final do mês de agosto de cada ano.

Com base no que dispõe a Constituição Federal sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, II e V estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

50. O Estado do Rio Claro, seguindo as diretrizes estabelecidas na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborou seu orçamento para o exercício financeiro de 20X1. Nesse orçamento, foram discriminadas todas as receitas e despesas do Estado, incluindo aquelas referentes aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os órgãos autônomos e fundos especiais.

Durante a execução do orçamento, o Poder Legislativo do Estado do Rio Claro, em virtude de uma necessidade urgente de recursos para um programa de modernização de sua estrutura, decidiu criar um fundo específico por meio do Orçamento Estadual para esse fim, denominado "Fundo de Modernização do Poder Legislativo."

Considerando os princípios do orçamento público, é correto afirmar que:

- a) O Poder Legislativo do Estado do Rio Claro agiu de acordo com o princípio da unidade, uma vez que a criação de fundos específicos para programas prioritários é uma prática comum e aceitável.
- b) O Poder Legislativo do Estado do Rio Claro agiu de acordo com o princípio da unidade, uma vez que a autonomia dos poderes permite a criação de fundos especiais sem a necessidade de inclusão no orçamento geral.
- c) O Poder Legislativo do Estado do Rio Claro agiu em desacordo com o princípio da transparência, uma vez que a criação de fundos específicos fragmenta o orçamento e prejudica a transparência e o controle.

- d) O Poder Legislativo do Estado do Rio Claro agiu em desacordo com o princípio da exclusividade, uma vez que a criação de fundos específicos no texto da Lei Orçamentária trata de hipótese não permitida pela Constituição Federal.
- e) O Poder Legislativo do Estado do Rio Claro agiu em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que permite a criação de fundos especiais para atender a necessidades específicas de cada poder.

51. A Constituição Federal de 1988 recuperou a figura do planejamento na Administração Pública brasileira, com a integração entre plano e orçamento por meio da criação do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em relação ao plano plurianual, assinale o item correto.

- a) Sua relevância reside no fato de ter conseguido diminuir a distância entre o plano e as LOAs, as quais dificilmente conseguiam incorporar as diretrizes dos planejamentos existentes antes da CF/1988.
- b) é um instrumento que expressa à alocação de recursos públicos, sendo operacionalizada por meio de diversas ações. É o orçamento propriamente dito.
- c) representa o Planejamento Estratégico do Governo Federal, embora a missão já esteja definida nas teorias sobre o Estado como promover o bem-estar da coletividade.
- d) é o instrumento norteador da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- e) antecipa e orienta a direção e o sentido dos gastos públicos, bem como os parâmetros que devem nortear a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício subsequente

52. Em relação ao ciclo orçamentário e suas diversas fases elencadas pela doutrina e Constituição, assinale a alternativa que não corresponde a uma etapa do processo.

- a) formulação do planejamento plurianual, pelo Executivo
- b) apreciação e adequação do plano, pelo Executivo, antes do envio da proposta ao Legislativo.
- c) proposição de metas e prioridades para a administração e da política de alocação de recursos pelo Executivo
- d) apreciação e adequação da LDO, pelo Legislativo.
- e) elaboração da proposta de orçamento, pelo Executivo

ADMINISTRAÇÃO

Rodrigo Rennó

53. Dentro das principais funções da administração, qual delas é responsável por estabelecer metas e objetivos, bem como os meios para alcançá-los?

- a) Organização
- b) Direção
- c) Controle
- d) Planejamento
- e) Coordenação.

54. Qual dos seguintes tipos de planejamento é mais apropriado para definir objetivos e ações específicas a serem realizadas no curto prazo, geralmente em um departamento ou setor específico da organização?

- a) Planejamento Estratégico
- b) Planejamento Tático
- c) Planejamento Operacional
- d) Planejamento de Contingência
- e) Planejamento de Longo Prazo.

55. Em qual dos seguintes cenários a descentralização seria mais apropriada como estratégia de gestão?

- a) Em uma startup com uma equipe pequena e recursos limitados.
- b) Em uma organização governamental com regulamentações rigorosas e processos burocráticos.
- c) Em uma empresa multinacional com diversas unidades de negócio e mercados variados.
- d) Em uma organização sem fins lucrativos focada em um único projeto social.
- e) Em uma empresa familiar de pequeno porte.

56. Qual dos seguintes elementos é considerado um artefato visível da cultura organizacional?

- a) Valores fundamentais da empresa
- b) Normas não escritas entre os funcionários
- c) Símbolos e logotipos da empresa
- d) Crenças compartilhadas pelos membros da organização
- e) Estratégias de longo prazo da empresa.

57. Qual dos seguintes modelos de gestão é frequentemente utilizado para avaliar e melhorar a qualidade dos serviços na Administração Pública?

- a) Modelo de Excelência em Gestão (MEG)
- b) Balanced Scorecard (BSC)
- c) Análise SWOT
- d) Modelo Waterfall
- e) Modelo Agile.

58. Qual dos seguintes modelos teóricos de Administração Pública é mais associado à gestão por resultados e à flexibilidade organizacional?

- a) Modelo Patrimonialista
- b) Modelo Burocrático
- c) Modelo Gerencial
- d) Modelo Hierárquico
- e) Modelo de Rede.

59. Em qual dos seguintes modelos teóricos de Administração Pública a estrutura organizacional é caracterizada por uma hierarquia rígida, regras e procedimentos formais e ênfase na impessoalidade?

- a) Modelo Patrimonialista
- b) Modelo Burocrático
- c) Modelo Gerencial
- d) Modelo Participativo
- e) Modelo de Rede.

60. Uma abordagem de gerenciamento de desempenho na administração pública que se concentra na obtenção de resultados em vez de apenas seguir processos é conhecida como:

- a) Administração de recursos humanos.
 - b) Gerenciamento estratégico.
 - c) Gerenciamento de mudanças.
 - d) Gerenciamento de riscos.
 - e) Gerenciamento por resultados.
-

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
